

UMA PUBLICAÇÃO DA CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE PELA LEI MARIA DA PENHA
Editada pelo INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO - MÍDIA E DIREITOS

2 RESPOSTA DO ESTADO

Integração, qualificação e agilidade para responder à violência contra as mulheres.

3 INAUGURAÇÃO

Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande: um marco no enfrentamento à violência.

4 PORTAS DE ENTRADA

DEAM e serviço psicossocial 24 horas comprovam necessidade de atendimento à noite e nos finais de semana.

5 GARANTIA DE DIREITOS

Proximidade da Defensoria Pública é essencial para evitar a perda da mulher no fluxo de atendimento.

6 INÉDITO

Casa abriga 1ª Vara de Medidas Protetivas do País, que promete agilizar a proteção às mulheres.

7 PORTAS DE SAÍDA

Romper o ciclo de violência requer segurança e autonomia.

8 LIGUE 180

As quase 20 mil denúncias encaminhadas são destaque no Balanço da Central de Atendimento à Mulher em 2014.

VEJA TAMBÉM

Confira novidades no Portal Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha



Foto: Débora Prado

ESPECIAL

Por dentro da primeira Casa da Mulher Brasileira do País

Inaugurada em fevereiro deste ano em Campo Grande (MS), a primeira Casa da Mulher Brasileira do País completou um mês de funcionamento colocando em prática a recomendada integração entre os serviços de atendimento às mulheres que procuram apoio do Estado contra a violência.

A reportagem do *Informativo Compromisso e Atitude* acompanhou o fluxo de atendimento da Casa por dois dias, conhecendo de perto as atribuições e práticas de cada setor, e constatou: com a proximidade física entre delegacia, atendimento psicossocial, Defensoria, Ministério Público e Poder Judiciário, o ganho em agilidade é inegável.

A articulação entre os serviços tem promovido não só o diálogo permanente entre os diferentes profissionais que atuam na Casa, como também o engajamento de todos os órgãos na qualificação do acolhimento, para que seja ao mesmo tempo humanizado e eficiente em dar respostas adequadas à necessidade de proteção das mulheres e de responsabilização dos agressores.

Foram também constatados os diversos desafios apontados pelos envolvidos na tarefa de estreitar a política pública que busca pôr fim à *via crucis* enfrentada pelas mulheres em busca do atendimento do Estado.

A proposta da Casa é

que a mulher em situação de violência encontre em um único lugar todo apoio necessário para que saia do ciclo de violência – o que passa por políticas de autonomia econômica, demandas do Direito de Família, até o paulatino fortalecimento psicossocial de quem foi vítima de agressões e traumas.

Nesta edição especial, conheça os profissionais que estão construindo a primeira Casa da Mulher Brasileira do País e saiba como seu funcionamento possibilitou atender de 996 mulheres até o dia 15/03, que passaram por 2.186 procedimentos, entre os diversos atendimentos e encaminhamentos que a Casa oferece ou articula. ●



POLÍTICA PÚBLICA

Integração, qualificação e agilidade para responder à violência contra as mulheres



Profissionais que colocaram em prática o atendimento integrado na primeira Casa da Mulher Brasileira.

Denuncie! Com o avanço legislativo e a criação de equipamentos especializados em crimes de violência doméstica e familiar, essa mensagem tem sido cada vez mais dirigida não só às mulheres que sofrem agressões físicas e psicológicas, mas a toda a sociedade. A proposta é mostrar definitivamente que esta violência não é um assunto da esfera privada, mas sim uma violação de direitos humanos que demanda respostas do Poder Público e um pacto de não tolerância de toda a população.

Denunciar, porém, não é fácil quando as agressões partem de uma pessoa com quem a vítima mantém relações íntimas de afeto, cujo rompimento coloca questões emocionais e objetivas, que envolvem a desestruturação do cotidiano e até mesmo o risco de morte para a mulher. Neste cenário de complexidades, enfrentadas por muito tempo de forma solitária, é fundamental que a mulher que rompe o silêncio seja bem acolhida e protegida pelo Estado. É nesta frente

que a Casa da Mulher Brasileira incide: o equipamento oferece integração dos serviços em um mesmo espaço físico e capacitação para os profissionais, buscando ser uma referência para o acolhimento de mulheres e a responsabilização dos agressores.

Rompendo a rota crítica

A expectativa com a nova referência trazida pela Casa é superar a chamada 'rota crítica' – o caminho fragmentado que a mulher percorre buscando o atendimento do Estado. A tarefa, entretanto, não é simples – requer a integração entre diferentes órgãos e esferas de governo e a readequação de práticas setoriais, além de capacitação permanente e funcionamento 24 horas, inclusive aos finais de semana.

Coube aos profissionais que atuam na Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande a tarefa de traduzir essas recomendações em prática. "É um grande desafio porque a Casa da Mulher Brasileira é o sonho da integração em um atendimento que realmente propicie à mulher

sair do ciclo de violência. Antes, uma mulher ia a vários lugares e muitas vezes desistia nesse processo. Hoje ela se sente apoiada, recebe um atendimento humanizado e tem aqui todos os serviços integrados. Nosso objetivo é facilitar o acesso aos serviços especializados", aponta a coordenadora designada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência, Eloísa Castro Berro, que compartilha a gestão administrativa da Casa da Mulher Brasileira do MS com a secretária adjunta da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Campo Grande, Djanir Corrêa Barbosa.

Da inauguração em fevereiro até o dia 15 de março, foram recebidas 996 mulheres – uma média de 25 por dia, que passaram por 2.186 procedimentos, entre os diversos atendimentos e encaminhamentos que a Casa oferece ou articula. "O número surpreendeu porque não foi feita nenhuma divulgação, além da inauguração do espaço. Isso leva a crer que se trata de uma demanda reprimida", diz Eloísa. A grande demanda sinalizou que,

RELATÓRIO DE FLUXO DE ATENDIMENTO 03/02 A 15/03

Órgão / nº de atendimentos	
Ministério Público	7
Alojamento de passagem	51
Guarda Civil Municipal	24
FUNSAT	40
Brinquedoteca	282
Defensoria Pública	281
Atendimento psicossocial	401
Recepção	910
DEAM	1.100
TOTAL : 2.186 atendimentos realizados para 996 mulheres	

Fonte: Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande (MS)

existindo a política pública, as mulheres se sentem encorajadas.

Simultaneamente às centenas de atendimentos, foi composto um Comitê Gestor, que conta com representantes de cada órgão presente e está desenvolvendo um roteiro de procedimentos internos e aperfeiçoando a rotina administrativa da Casa.

Avaliação preliminar

O resultado já é positivo: o ganho em agilidade e o engajamento de todos os órgãos na qualificação do acolhimento são destacados pelos profissionais envolvidos na iniciativa.

"Nossas ações são conjuntas, conversadas, e cada instituição está aqui oferecendo o melhor possível para que este projeto não seja só o primeiro do Brasil, mas uma referência para que as mulheres possam receber todos os serviços que procuram, sintam-se apoiadas e exerçam o direito de viver sem violência", aponta a secretária municipal de Políticas para as Mulheres de Campo Grande, Liz Derzi de Mattos. ●



REFERÊNCIA

Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande: um marco no enfrentamento à violência

Inaugurada pela presidenta Dilma Rousseff no dia 3 de fevereiro – com a presença da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), de todas as mulheres ministras do Executivo e parlamentares da bancada feminina do Congresso Nacional –, a primeira Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, já é considerada um marco no enfrentamento à violência contra as mulheres.

A primeira Casa foi apresentada pela presidenta Dilma como o local em que as mulheres vítimas da violência terão o atendimento de que realmente precisam: o atendimento humano. “Tenho certeza de que aqui vamos ter a oportunidade de demonstrar para o resto do Brasil que esta Casa da Mulher Brasileira de Mato Grosso do Sul vai ser um exemplo de funcionamento, um exemplo de acolhimento, um exemplo de apoio”, frisou.

A ministra do STF, por sua vez, avaliou a inauguração como um importante ganho para o Poder Judiciário responder aos casos de violência doméstica e familiar. “A Casa ajuda muito para o ganho em celeridade, faz com que todos os órgãos estejam reunidos no mesmo espaço, o que facilita a vida da mulher

e dá a ela proteção e melhores condições de denunciar sem precisar voltar para casa, quando o que é uma ameaça pode virar um assassinato”, aponta a ministra Cármen Lúcia.

Efetivação da Lei Maria da Penha

Parte do Programa Mulher, Viver sem Violência, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), a estreia da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande também foi recebida com muito entusiasmo pela pasta. “Não é meramente um equipamento, é a política pública mais ousada e mais avançada de enfrentamento à violência. Ela coloca em prática o sonho da integração e acaba com a *via crucis* da mulher em busca dos serviços necessários para romper o ciclo de violência”, afirmou a ministra Eleonora Menicucci na cerimônia de inauguração da Casa.

Para o Ministério da Justiça, a Casa terá impacto importante na efetivação do acesso das mulheres à Justiça. “A Lei Maria da Penha trouxe inovações fundamentais, como as medidas protetivas e a jurisdição híbrida, a proibição de penas pecuniárias etc. Agora temos a Casa da

FLUXO E SERVIÇOS

As mulheres chegam à Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande (MS) por iniciativa própria ou encaminhadas por outros serviços da rede, como a Polícia Militar, que atende chamadas pelo 190, e outros equipamentos especializados em violência contra as mulheres que atendem fora da Casa.

O atendimento das mulheres começa no serviço de acolhimento e triagem, que detecta qual será a porta de entrada mais adequada a cada caso específico. De lá, a mulher pode ser encaminhada para a equipe multidisciplinar, recebendo o atendimento de uma dupla composta por uma psicóloga e uma assistente social; ou se dirigir para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Esse bloco de serviços funciona durante as 24 horas. O atendimento nas principais portas de entrada é complementado por uma brinquedoteca, um espaço de cuidados em que a mulher pode, se for o caso, deixar os filhos com monitores enquanto é atendida.

A Defensoria Pública Especializada também está na Casa para oferecer orientação e defender os direitos da vítima nas esferas civil e criminal. A

Promotora Especializada encaminhará a ação penal. Em qualquer etapa do atendimento, se detectado risco, pode ser pedida a medida protetiva de urgência, cujo deferimento será feito em questão de horas pela 3ª Vara Especializada em Campo Grande, que tem atribuição exclusiva de conceder e acompanhar as medidas protetivas, além da execução de penas.

Em caso de risco, a Casa oferece também a possibilidade de abrigo imediato e de passagem para a mulher e as crianças, buscando articular em 48 horas um local seguro para encaminhá-la – como uma casa abrigo ou com parentes e amigos. Caso sejam necessários atendimentos fora do espaço físico da Casa, a Central de Transportes, que funciona 24 horas e hoje conta com dois veículos da Guarda Municipal, faz a ponte com a rede de saúde, a rede socioassistencial, os serviços de abrigamento e os órgãos de Medicina Legal, acompanhando a mulher nesses deslocamentos. A Casa oferece também portas de saída: há serviços de orientação para trabalho, emprego e geração de renda; e as assistentes sociais e defensoras públicas auxiliarão a mulher a garantir seus direitos junto ao Poder Público para além dos muros da Casa.

Mulher Brasileira, que se configura como um instrumento efetivo da Lei. Daí, podemos concluir, a cada atendimento é uma mulher empoderada, é uma mulher que é retirada do ciclo da violência, é um feminicídio que é evitado. Temos reunido na Casa todo o Sistema de Justiça para

acolhê-las”, analisa o secretário da Reforma do Judiciário do MJ, Flávio Caetano.

A Casa de Campo Grande é a primeira a abrir as portas, de um total de 26 Casas que serão instaladas nas capitais e no Distrito Federal – que será o próximo a inaugurar uma Unidade, no final de abril. ●



PORTAS DE ENTRADA

DEAM e serviço psicossocial 24 horas comprovam necessidade de atendimento ininterrupto

Com as duas principais portas de entrada para o fluxo de atendimento – a delegacia especializada e o atendimento psicossocial – funcionando durante as 24 horas, a Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande registrou em seu primeiro mês grande procura à noite, nos finais de semana e feriados. “O atendimento 24 horas realmente é necessário. É importante que haja locais à disposição para as vítimas pedirem socorro e sabemos que elas dão preferência aos serviços especializados”, destaca a delegada titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Campo Grande, Rosely Aparecida Molina.

Foto: Luciana Araújo



Foto: Luciana Araújo



Complementariedade

Quem chega à primeira Casa da Mulher Brasileira do País, em qualquer horário ou dia da semana, encontrará sempre a recepção aberta e pronta para o acolhimento. Nela, uma equipe que passa por formação específica continuada para lidar com violência contra as mulheres irá conversar com cada pessoa que busca a Casa para colher informações básicas sobre um caso específico. A ideia é que a mulher fale o mínimo possível nesse primeiro momento de triagem, somente o suficiente para identificar a porta de entrada mais indicada para que ela inicie o fluxo de atendimento, evitando dessa forma a repetição desnecessária do relato da violência sofrida.

O setor de atendimento psicossocial e a DEAM são as duas principais portas de entrada. ●

ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL

Alguns casos são encaminhados pela recepção primeiramente ao setor psicossocial, em especial aqueles em que a mulher ainda está muito fragilizada. A Delegacia e demais órgãos presentes na Casa podem também a qualquer momento detectar a necessidade desse tipo de atendimento e encaminhar as mulheres ao setor.

Uma assistente social e uma psicóloga realizam a escuta qualificada para saber o que a mulher espera da Casa. O foco é ouvir dela que tipo de apoio é buscado, para que se sinta amparada e não questionada, para que saia do atendimento mais fortalecida, enxergando possibilidades de ter uma vida livre de violência, de acordo com as profissionais que atuam no setor.

Com a proximidade, a equipe também pode dialogar diretamente com a DEAM quando detecta uma situação de grande risco nos seus atendimentos, contribuindo com a proteção feita pela Polícia Civil. O setor também articula o atendimento em serviços fora da Casa, como nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Depois de cada atendimento, a equipe faz um relatório, que também servirá ao processo judicial, conforme aponta a promotora Paula Volpe, do Ministério Público do Mato Grosso do Sul, que atua na Casa. “A situação de violência é muito traumática, é muito importante o atendimento psicossocial. O Ministério Público conta muito com essa equipe, eles são nossos olhos em cada caso, nos ajudam a ver quais são as peculiaridades”, destaca.

DELEGACIA ESPECIALIZADA

As DEAMs são encarregadas de realizar ações de prevenção, apuração e investigação dos casos de violência contra as mulheres. Nelas, é possível registrar o Boletim de Ocorrência (B.O.) e solicitar medidas protetivas de urgência. É também a Delegacia que conduz o inquérito do caso, colhendo informações, testemunhos e provas que serão essenciais para responsabilização do agressor quando necessário.

Na Casa da Mulher Brasileira, a Delegacia também articula com a Central de Transporte o encaminhamento da mulher para atendimento externo, como nos postos de saúde, sempre que preciso, e para perícia no IMOL – o Instituto de Medicina e Odontologia Legal – que atende 24 horas.

Nos primeiros 40 dias de funcionamento da Casa da Mulher Brasileira, a Delegacia foi o setor que mais realizou atendimentos – 1.100 de um total de 2.186 procedimentos.

“A Delegacia da Mulher é o primeiro local de acolhimento que a mulher procura em um momento de vulnerabilidade: desde 1986 a Polícia Civil já faz esse trabalho aqui no Mato Grosso do Sul”, lembra a delegada titular Rosely Molina.

Para a delegada, quanto mais é divulgado que a Lei Maria da Penha tem efetividade, maior é a procura, “o que denota uma confiança muito maior da vítima”, aponta. A confiança, segundo Molina, tem que ser traduzida em proteção e responsabilização.



GARANTIA DE DIREITOS

Proximidade da Defensoria Pública é essencial para não perder a mulher no fluxo de atendimento

Entre os operadores do Direito que atuam com a Lei Maria da Penha, um alerta é recorrente: é preciso interromper o ciclo de violência em que vive a mulher. Isto porque, além do direito de viver sem violência, a permanência nesta situação representa um grande risco à vida da vítima, já que a tendência observada é de que as agressões se tornem frequentes e cada vez mais graves.

Para que a mulher rompa o ciclo de violência, a atuação da Defensoria Especializada é um elemento central no fluxo da Casa da Mulher Brasileira, uma vez que a vítima precisa ser informada e orientada sobre seus direitos para se apoderar de fato deles.

A ação das defensoras, articulada e próxima das principais portas de entrada aos serviços reunidos na Casa, é vista como essencial para evitar “a perda da mulher”, de acordo com a coordenadora do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência de Gênero (Nudem) da Defensoria sul-matogrossense, Grazielle Carra Dias Ocáriz.

“Sempre quisemos estar perto, principalmente da Delegacia, porque perdíamos muitas mulheres após o registro do boletim de ocorrência, mulheres que não chegavam à Defensoria”, explica Grazielle, referindo-se às desistências das vítimas de dar seguimento ao processo e também aos casos de feminicídios. “Faz toda a diferença conversar com a mulher e dar orientações para que ela tome sua própria decisão”, destaca.

Atualmente, a equipe da Defensoria atende no horário de expediente forense e funciona em regime de plantão das três defensoras. Está tramitando na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul projeto de lei que cria um novo cargo de defensor para atuação na Casa da Mulher Brasileira.

Direitos e informação para fortalecimento

A Defensoria atua em prol dos direitos da mulher: acompanha o processo criminal e faz o elo com demandas de família, como o pedido de pensão alimentícia e a guarda dos filhos, já que no Estado não há varas híbridas, com competência para julgar os crimes de violência contra as mulheres e também questões cíveis. Dependendo das demandas específicas de cada caso, a Defensoria pode entrar com ações requerendo vagas em creches ou escolas para os filhos, acesso a medicamentos e procedimentos no SUS (Sistema Único de Saúde) e indenização, entre outros direitos.

Com o atendimento prioritário no Programa Minha Casa, Minha Vida no município, a Defensoria tem feito o encaminhamento das mulheres que procuram a Casa da Mulher Brasileira e se encaixam nas exigências legais do programa do governo federal. Segundo Grazielle, em média cinco mulheres têm sido encaminhadas semanalmente ao programa habitacional.

A Defensoria Especializada pode atuar também como porta de entrada, orientando e fortalecendo

a mulher quando ainda não há certeza sobre a denúncia criminal. “Às vezes a mulher vem e não faz o boletim de ocorrência, mas fala: ‘estou com medo’. Então, informamos que, quando decidir sair de casa, deve levar os filhos, e damos a lista dos documentos que ela tem que deixar separados e em local seguro (no trabalho ou na casa de uma amiga), para que tenha toda a documentação para entrar com as ações necessárias”, explica a defensora.

Respeito ao tempo de cada mulher

Além das atribuições relativas aos atos processuais, a Defensoria Pública na Casa da Mulher Brasileira também oferece esclarecimentos sobre a legislação, consequências da denúncia, direitos e deveres e aconselhamento jurídico.

“Costumamos dizer que mais importante até que o atendimento criminal é o atendimento cível, porque o que faz com que a mulher muitas vezes continue vivendo em situação de violência são as condições econômicas, o agressor não deixá-la trabalhar, a chantagem que ele faz em relação à guarda dos filhos. Então, precisamos empoderar esta mulher para ajudá-la a se erguer em uma rotina livre

desse homem agressor”, afirma Grazielle.

Para a defensora, as orientações são essenciais e devem ser dadas sempre que a mulher solicitar, respeitando o tempo de cada caso.

“Sempre falo aos defensores que eles têm que ter muita paciência ao atender a mulher, saber ouvi-la e compreender que ela deve ser atendida quantas vezes forem necessárias. Se ela demorar 10 anos para romper o ciclo de violência e vier me procurar uma vez por ano, tenho que atendê-la o melhor que puder, porque é o tempo dela e não o meu. Não sabemos os caminhos que ela percorreu até chegar ali e tomar aquela atitude, e ela tem que voltar quantas vezes quiser até estar preparada para romper o ciclo. Não podemos julgar essa mulher. E, às vezes, uma informação que você passa é decisiva para ela tomar a decisão de buscar saídas para a situação de violência”, recomenda. ●

Foto: Luciana Araújo

Confira entrevista exclusiva com a defensora Grazielle Carra Dias Ocáriz na íntegra: <http://www.compromissoeatitude.org.br/informativo-09/>

INÉDITO

1ª Vara de Medidas Protetivas do País promete agilizar proteção às mulheres

A 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Campo Grande – e a primeira Vara Especializada em Medidas Protetivas e Execução de Penas do País – foi inaugurada no dia 9 março, garantindo a presença do Poder Judiciário na Casa da Mulher Brasileira.

A proposta da Vara é que, detectado o risco em qualquer etapa dos atendimentos realizados – seja pelo Ministério Público, Delegacia Especializada, Defensoria ou equipe psicossocial, o pedido das medidas protetivas seja imediatamente encaminhado dentro da própria Casa da Mulher Brasileira. Com isso, o juiz Valter Tadeu Carvalho, responsável pela Vara, poderá determinar em questão de poucas horas que se adotem as medidas mais indicadas em cada caso específico, que podem incluir a prisão preventiva do agressor, sua saída do lar ou afastamento da vítima, entre outras. Em seguida, o processo é distribuído para uma das duas Varas de Violência contra a Mulher já existentes em Campo Grande e segue os trâmites legais.

Além de concedidas rapidamente, as medidas protetivas são acompanhadas para garantir sua efetividade na prática, conforme previsto na parceria com a Guarda Municipal, que criou a Patrulha Maria da Penha na capital do Mato Grosso de Sul. No caso da execução de penas, o objetivo é também mostrar que o Estado está presente até o final do processo penal, reiterando para o agressor e para a sociedade a efetividade da Lei Maria da Penha.

Proteção imediata e Estado presente

A opção pelo foco nas medidas protetivas busca evitar que a sobrecarga de processos peculiar aos Juizados e Varas de Violência Doméstica impeça uma resposta rápida do Estado no momento em que a vida e a integridade física da mulher estão em risco, explica o desembargador Ruy Celso Barbosa Florence, responsável pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul.

“Acontece que, no Brasil todo, as Varas Especializadas em Violência contra as Mulheres estão com muitos processos. Aqui em Campo Grande,



Desembargador Ruy Florence



Inauguração da 3ª Vara

Foto: Divulgação SEMMUP/Prefeitura

no começo, dávamos as medidas protetivas no mesmo dia do pedido, em até 40 minutos. Então, a demanda foi crescendo e começamos a atrasar a emissão para o dia seguinte. Criamos a 2ª Vara e voltamos a dar as medidas no mesmo dia, mas hoje já estão ficando para o dia seguinte de novo. Então pensamos que, se criássemos uma 3ª Vara geral ia acontecer a mesma coisa. Assim, decidimos criar uma Vara só de medidas protetivas para garantir uma resposta imediata”, contextualiza o desembargador.

Em Campo Grande, o acúmulo de processos nas duas varas existentes

AVALIAÇÃO DE RISCO INTEGRADA E MEDIDA PROTETIVA RÁPIDA PODEM SALVAR VIDAS

Além do trabalho conjunto e do atendimento humanizado, um dos pontos destacados como grande ganho no projeto da Casa da Mulher Brasileira é a avaliação de risco integrada, que subsidia a adoção das medidas protetivas de urgência ou cautelares. Além dos órgãos tradicionais – Segurança Pública e Ministério Público –, no fluxo entre os diferentes serviços da Casa todos os profissionais que atuam com a violência doméstica e familiar poderão identificar se a mulher que busca o Estado para sair de uma situação de violência necessita de proteção. Defensoras, psicólogas e assistentes sociais, por exemplo, podem detectar o risco nos seus atendimentos e reforçar a proteção da vítima.

Para a avaliação do risco, devem ser observados diversos indicadores relativos à mulher em situação de violência e ao suposto agressor, como a relação prévia entre eles e o tipo de violência praticada. A expectativa é poder avaliar se em determinado caso há risco baixo, médio ou alto de a mulher sofrer uma nova agressão, muitas vezes mais grave, mesmo que o risco não seja detectado pela própria vítima.

De acordo com o Protocolo Ibero-Americano de Investigação de Crimes de Violência Doméstica, em processo de adaptação à realidade brasileira, o histórico da relação da mulher com o suposto agressor, o perfil dele, o tipo de violência exercida e a vulnerabilidade da vítima são elementos centrais para esta avaliação. O profissional que atende a mulher deve estar atento a fatores como: se houve tentativa ou manifestação de vontade da vítima de se separar do agressor; se a vítima já teve que sair de casa por medo de morte; se houve aumento da intensidade ou frequência da violência; qual é o tipo da violência exercida; a existência de denúncias prévias retiradas pela vítima ou de histórico de violência do suposto agressor em relacionamentos anteriores; entre outros. Também é preciso observar se a vítima já passou por tratamentos de saúde ou atenção psiquiátrica por conta das agressões sofridas e se depende economicamente do agressor. E caso ocorram novos ataques deve ser feita nova avaliação.

é significativo. Segundo a defensora pública Grazielle Carra Dias Ocáriz, as audiências para instrução do processo na cidade já estão sendo marcadas para 2017. “Aqui já temos audiências marcadas para abril de 2017, fazendo em média 12 audiências por dia, de segunda a quinta-feira, nas duas varas que existem”, conta. ●





PORTAS DE SAÍDA

Romper o ciclo de violência requer segurança e autonomia

O projeto da Casa da Mulher Brasileira prevê que o equipamento “acompanhe as diversas etapas pelas quais essas mulheres precisam passar para enfrentar de forma integral e definitiva a violência sofrida”. Para efetivar esse atendimento, segurança e empoderamento são pontos essenciais. Buscando incidir nessa frente, na Casa de Campo Grande estão sendo implementadas ações para promover a autonomia econômica das mulheres, via programas de qualificação profissional e encaminhamento para vagas no mercado de trabalho, além de políticas de acesso prioritário ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Também há perspectiva do acompanhamento de medidas protetivas, com a adaptação de ações que vêm dando certo em outros Estados, como a Patrulha Maria da Penha, o dispositivo de emergência – em Campo Grande chamado de “Botão da Vida” – e o uso de tornozeleiras eletrônicas pelos agressores.

Encaminhamento para autonomia econômica

Diante do diagnósti-

co de que a dependência econômica, muitas vezes, é uma barreira que perpetua a situação de violência doméstica e familiar, as mulheres que buscam a Casa encontram um posto da Fundação Social do Trabalho (Funsat) – organismo municipal que atua como uma agência de empregos – dentro do equipamento.

“A dependência econômica e habitacional é um grande problema. Muitas vezes, a mulher não tem onde morar, não tem família na cidade, não tem um trabalho ou fonte de renda e tem filhos para sustentar”, explica a coordenadora do setor, Dalva Suzana Santos. As mulheres que têm essas necessidades são encaminhadas pelo setor psicossocial ao posto, que, após uma breve entrevista, fornece orientação profissional e indica vagas de emprego disponíveis na cidade de acordo com o perfil de formação e experiência profissional de cada uma. Segundo o relatório de atendimentos da Casa, nos primeiros quarenta dias de funcionamento 40 mulheres foram encaminhadas ao posto da Funsat.

Acompanhamento

Passados dois dias do encaminhamento, uma funcionária entra em contato para verificar se a mulher conseguiu a colocação. “O maior problema é que uma parte considerável das mulheres que nos procuraram neste primeiro mês não têm formação ou experiência. Muitas deixaram de trabalhar porque o marido não permitia, todas têm mais de um filho, mesmo sendo muito jovens”, relata Dalva.

Para oferecer alternativas, a Funsat também realiza o cadastro das mulheres para até duas opções de cursos profissionalizantes que serão oferecidos em breve pela Prefeitura, de acordo com a coordenadora. O posto também oferece linhas de microcrédito (de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil), com taxas de juros mais baixas para capital de giro ou melhoria do empreendimento próprio da mulher, e cadastro para participação em ações de economia solidária.

As profissionais do posto ainda auxiliam a mulher em necessidades adicionais relativas ao emprego, dando orientação e encami-

nhamento à Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab) – órgão estadual de inclusão social, para, por exemplo, emitir a carteira de trabalho.

Habitação

A Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande também possibilita às mulheres atendidas acesso prioritário ao Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. Por decreto municipal, 2% das residências são reservadas preferencialmente a mulheres vítimas de violência, caso estas preencham os critérios nacionais e locais do Programa. Pelo decreto, o encaminhamento das mulheres pode ser feito pelo Judiciário ou pelo Ministério Público, mas também está prevista a inclusão da Defensoria Pública entre as instituições que podem respaldar a demanda da mulher, uma vez que, na prática, o órgão já tem realizado esse pedido. No primeiro mês de funcionamento da Casa, uma mulher já foi contemplada pelo programa e mudou-se para a própria. ●



LIGUE 180

As quase 20 mil denúncias encaminhadas são destaque no Balanço da Central de Atendimento à Mulher em 2014



Após nove anos de funcionamento e com mais de 4 milhões de atendimentos acumulados desde sua criação, a Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, é cada vez mais acessada pelas brasileiras, cobrindo atualmente cerca de 70% dos municípios do País. Segundo o balanço anual de 2014, divulgado em março deste ano pela SPM-PR, a Central realizou 485.105 atendimentos, uma média 1.348 por dia.

O Ligue 180 se consolida, assim, como uma importante ferramenta de acesso à Justiça, uma vez que está disponível para todo o território nacional, e alguns países do exterior, com atendimento 24 horas e gratuito.

Com a ampliação do serviço para disque-denúncia

em março do ano passado, a Central passou a acumular as funções de acolhimento e orientação à mulher em situação de violência com o encaminhamento de denúncias aos órgãos competentes pela investigação de cada caso. Em 2014, um total de 18.869 denúncias foram enviadas aos órgãos de Segurança Pública e ao Sistema de Justiça.

Do total de 485.105 atendimentos, 52.957 corresponderam a relatos de violência e mais da metade declarou que houve violência física: 27.369 (51,68%).

Embora ainda sejam menos relatados, o aumento nos registros de cárcere privado e estupro chamou atenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Em comparação com 2013, houve um crescimento de 50% nos registros de cárcere privado de mulheres em 2014, uma média de 2,5 registros/dia. No caso de estupros denunciados, o aumento foi de 18%, uma média de três denúncias/dia. A violência sexual contra as mulheres, que inclui estupros, assédios e exploração sexual, cresceu

20% no ano passado, chegando a uma média de quatro registros/dia.

Os dados evidenciam a consolidação do Ligue 180 também como um importante canal de relatos das mais diferentes formas de violências contra as mulheres, não se limitando às violências doméstica e familiar. O aumento, ao mesmo tempo, é um sinal da necessidade das políticas públicas para o enfrentamento da violência sexual, como as promovidas pela pasta, avalia a secretária de Enfrentamento à Violência da SPM-PR Aparecida Gonçalves.

“A organização, integração e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual já são prioridades – um dos seis eixos do Programa Mulher, Viver sem Violência. No ano passado, 240 profissionais de 14 unidades da federação foram capacitados para o atendimento humanizado a casos de violência sexual. Continuamos em 2015 com um trabalho conjunto com os Ministérios da Justiça e da Saúde para o planejamento e execução de mecanismos

que possibilitem garantir a integralidade e a humanização do atendimento às vítimas de violência sexual, bem como oferecer elementos à responsabilização dos autores de violência”, enumera a secretária Aparecida.

Os casos enquadrados na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), entretanto, foram novamente os mais relatados: em mais de 80% dos registros a violência foi cometida por homens com quem as vítimas têm ou tiveram algum vínculo afetivo. ●

Exclusivo no Portal: a secretária de Enfrentamento à Violência da SPM-PR, Aparecida Gonçalves, comenta o balanço anual do Ligue 180 e destaca a importância da divulgação do serviço para o acesso à Justiça: <http://www.compromissoeatitude.org.br/informativo-09/>

VEJA TAMBÉM

Novidades no Portal Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha

Com novo layout, o Portal Compromisso e Atitude reúne dados recentes sobre feminicídio e o mapa completo com as avaliações e recomendações aos Estados formuladas pela CPMI que investigou a violência contra as mulheres no Brasil.

Além das novas seções, o Portal mantém um amplo repertório de informações e documentos acerca de: legislações, convenções e tratados sobre violência contra a mulher; decisões do STF, STJ e Tribunais de Justiça; políticas públicas; dados nacionais e mundiais; reportagens em profundidade; notícias do Executivo, Judiciário e da imprensa; dados de julgamentos de crimes de violência contra as mulheres, entre outras informações e conteúdos exclusivos.

Acompanhe na internet: www.compromissoeatitude.org.br

EXPEDIENTE

RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO



Mídia e Direitos

www.agenciapatriciagalvao.org.br

PARCEIROS CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE PELA LEI MARIA DA PENHA

<http://www.compromissoeatitude.org.br/sobre/parceiros-da-campanha/>



PODER JUDICIÁRIO



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



SENADO FEDERAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Secretaria de Políticas para as Mulheres
Ministério da Justiça



@com_atitude_imp



/CompromissoEAtitude

WWW.
compromissoeatitude.org.br

